



## Ministério Público



### MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA  
**SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ**

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL  
**WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA**

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL  
**ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA**

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**VICENTE FELIX CORREIA**

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ**

#### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

MARCOS BARROS MÉRO

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

#### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCÊNCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

### PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 6 DE JULHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 3249/2013.

Interessado: Marcus Robson Nascimento Costa, Diretor da Controladoria Interna do MP/AL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 4512/2014.

Interessado: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - Asplage.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face da manifestação de fl. 17, remeta-se o feito à Asplage, para os fins de direito.

Proc: 4216/2015.

Interessado: Câmara Municipal de São José da Lage.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Reitere-se o ofício de fl. 34.

Proc: 5160/2015.

Interessado: 66ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Encaminhamento de documentos (Procs. n°s 3116/2015 e 3118/2015).

Despacho: Arquite-se.

Proc: 5908/2015.

Interessado: Juizado Especial Cível e Criminal de União dos Palmares.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das medidas adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, especialmente a edição da Portaria PGJ n° 261, de 22 de abril de 2015, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 200/2016.

Interessado: 3ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ n° 531, de 22 de junho de 2016, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 1323/2016.

Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Contratos e Convênios. Pedido de Formalização de Convênio de Cooperação Técnica e Operacional entre o Município de Novo Lino e o Ministério Público de Alagoas. Cessão de servidor(a) sem ônus. Aplicação do art. 166 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações. Pelo deferimento". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 1424/2016.

Interessado: Galba Novaes de Castro Júnior, Deputado Estadual.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À DPO/DCF para adoção das medidas de estilo.

Proc: 1505/2016.

Interessado: Dr. Valter José de Omena Acioly, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remeta-se cópia dos autos ao titular da 1ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares para se manifestar.

Proc: 1702/2016.

Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1723/2016.

Interessado: Maria José Olinda Silva, funcionária desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de licença por motivo de doença de pessoa da família.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Servidor Público. Licença para acompanhamento de pessoa da família. Impossibilidade de realização da perícia médica oficial do estado de Alagoas, de acordo com o Decreto Estadual nº 48.409/2016. Afastamento inferior a 15 (quinze) dias. Possibilidade de deferimento com base nos exames laboratoriais e atestado médico apresentado pela requerente, conferindo interpretação conforme a constituição (artigos 5º dos direitos fundamentais e 201, inciso I - “cobertura dos eventos de doença” na parte que toca à Previdência Social) aos artigos 59 e 60, §3º da Lei n.º 8.213/91 (dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social), e, com base no princípio constitucional da igualdade, a extensão interpretativa dos artigos 85, inciso I, e 87 da Lei nº 5247/1991. Necessidade de regulamentação interna sobre a matéria e providências junto ao Poder Executivo Estadual para formalização de convênio específico. Pelo deferimento”.

Proc: 1727/2016.

Interessado: Gabinete do Desembargador Otávio Leão Praxedes/Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Reitere-se o ofício de fl. 8.

Proc: 1894/2016.

Interessado: Dra. Maria Cecília Pontes Carnaúba, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de abono de permanência.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Constitucional. Previdenciário. Membro do Ministério Público. Requisitos para a aposentadoria voluntária. Abono Permanência. Inteligência do art. 40, III “a” e seu § 19 da Constituição Federal. Pelo deferimento, face o preenchimento dos requisitos para a concessão do abono permanência. Encaminhe-se à Diretoria de Pessoal para a realização das providências que o caso requer”.

Proc: 1931/2016.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Contrato PGJ nº 21/2015. Pedido de Providências. Aditivo de prorrogação de prazo e adequação dos serviços, com aplicação de reajuste do Contrato de prestação de serviço de suporte técnico remoto e manutenção corretiva, adaptativa, evolutiva e suporte de primeiro nível ao usuário interno para os Sistemas de Automação da Justiça e gestão dos processos judiciais e extrajudiciais do Ministério Público de Alagoas (SAJ/MP). Singularidade de fornecedor. Inviabilidade de competição. Serviço contínuo. Comprovada a vantagem da prorrogação, diante da análise de compatibilidade dos preços no mercado. Aplicação do reajuste contratual do IGP-M. Previsão inserta nas cláusulas contratuais e no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93. Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Parecer favorável da Diretoria de Tecnologia da Informação, do gestor e dos fiscais do contrato. Pelo deferimento da prorrogação, readequação dos serviços e aplicação do reajuste contratual”. À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 2166/2016.

Interessado: Diretoria de Comunicação Social.

Assunto: Requerimento de autorização.

Despacho: Defiro, acolhendo o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços de fornecimento de quatro (4) assinaturas de periódicos, sendo duas (2) do Jornal “Gazeta de Alagoas” e duas (2) do jornal “Tribuna Independente”, para atender às necessidades do prédio-sede do Ministério Público de Alagoas. Termo de Referência. Justificada a necessidade da aquisição. Cotações de preços no mercado. Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea “a” da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta pelo menor preço de (02) duas assinaturas, apresentado pela pessoa jurídica “Cooperativa dos Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas - JORGRAF”, no valor total de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) e de duas

(2) assinaturas, apresentado pela pessoa jurídica “Organização Arnon de Melo”, no valor total de R\$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais). Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Pelo deferimento”. À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 2352/2016.

Interessado: Condomínio do Edifício Póvoa de Varzim.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção das medidas sugeridas, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2360/2016.

Interessado: Promotoria de Justiça de Maribondo.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 533, de 22 de junho de 2016, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2415/2016.

Interessado: Procuradoria do Trabalho no Município de Arapiraca.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção da medida sugerida, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2472/2016.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000803/2014-39).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado (fl. 6).

Proc: 2490/2016.

Interessado: Luiz Marques da Silva.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e das Relações de Consumo da Capital, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 2499/2016.

Interessado: Promotoria de Justiça Criminal Residual da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 534, de 22 de junho de 2016, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2521/2016.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000667/2016-49).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Passo de Camaragibe, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2529/2016.

Interessado: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 59ª Promotoria de Justiça da Capital, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2547/2016.

Interessado: Sindicato dos Educadores de Atalaia - SEATA.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de Atalaia, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 2549/2016.

Interessado: 66ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2554/2016.

Interessado: Maria do Socorro Simões França.

Assunto: Requerimento de certidão.

Despacho: Defiro. À DP para as medidas cabíveis.

Proc: 2555/2016.

Interessado: Maria do Socorro Simões França.  
Assunto: Requerimento de auxílio-funeral.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2558/2016.

Interessado: Coordenação das Procuradorias de Justiça Criminais.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 536, de 22 de junho de 2016, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2567/2016.

Interessado: Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF/MF.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (RIF nº 21285).  
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção das medidas sugeridas, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2572/2016.

Interessado: Associação Beneficente da Comunidade da Boca do Rio.  
Assunto: Encaminhamento de informações.  
Despacho: Ciente. Arquive-se.

Proc: 2577/2016.

Interessado: Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - Uncisal.  
Assunto: Encaminhamento de informações.  
Despacho: À Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Estadual para as medidas cabíveis.

Proc: 2580/2016.

Interessado: Marcel de Castro Vasconcelos, Diretor de Tecnologia da Informação.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 538, de 22 de junho de 2016, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2588/2016.

Interessado: Diretor-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de informações.  
Despacho: Junte-se ao Proc. 6142/2013.  
Proc: 2623/2016.  
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.  
Assunto: Encaminhamento de informações.  
Despacho: À Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público.

Proc: 2631/2016.

Interessado: José Olinto de Albuquerque Matos Júnior, Assessor de Logística e Transporte.  
Assunto: Requerimento de antecipação de férias.  
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 2633/2016.

Interessado: 1ª Procuradoria de Justiça Cível.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 541, de 22 de junho de 2016, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2634/2016.

Interessado: 1ª Procuradoria de Justiça Cível.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Em face das providências adotadas na esfera desta Procuradoria Geral de Justiça, notadamente a edição da Portaria PGJ nº 540, de 22 de junho de 2016, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 2638/2016.

Interessado: 1ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Remeta-se cópia à Diretoria de Comunicação para divulgar. Em seguida, arquive-se.

Proc: 2652/2016.

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de informações.  
Despacho: Datado de 2 de maio de 2016, o ofício que gerou o feito em epígrafe chegou a esta Procuradoria Geral de Justiça em 22 de junho do corrente ano. À douta Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 2658/2016.

Interessado: Ednaldo Vitor dos Santos, Telefonista.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2659/2016.

Interessado: Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Ipojuca - Pernambuco.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À DP para informar.

Proc: 2661/2016.

Interessado: Kelmann Vieira de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Maceió.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Municipal para os fins de direito. Cientifique-se o interessado.

Proc: 2676/2016.

Interessado: Raquel Rezende Gomes Leal, Analista do Ministério Público.  
Assunto: Requerendo licença maternidade.  
Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 2677/2016.

Interessado: Dra. Lavinia Silveira de Mendonça Fragoso, Promotora de Justiça.  
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.  
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, arquive-se.

Proc: 2682/2016.

Interessado: Thiago Henrique Austregésilo de Athayde Chada, Técnico do Ministério Público.  
Assunto: Requerimento de adiamento de férias.  
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, arquive-se.

Proc: 2683/2016.

Interessado: Dorgival Ferreira de Lima.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2689/2016.

Interessado: Marco Cesar Araujo.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2699/2016.

Interessado: Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À DPO/DCF.

Proc: 2714/2016.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (Manifestações nºs 20160066860, 20160066874 e 20160066815).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2720/2016.

Interessado: Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas - COREN.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2721/2016.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.  
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000448/2016-60).  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2746/2016.

Interessado: 10ª Procuradoria de Justiça Cível.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça.

Proc: 2773/2016.

Interessado: Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 2782/2016.

Interessado: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DG para as medidas cabíveis.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 6 de julho de 2016.

Andressa Loureiro de Mendonça Alves  
Assessora Técnica  
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 249420

**ATO DE NOMEAÇÃO N° 018/2016**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE nomear ANA CAROLINA DE HOLANDA CAVALCANTE, portadora do CPF nº 058.672.254-88, para exercer o cargo, de provimento em comissão, de Assessor de Procurador de Justiça, Símbolo AS-1, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público.

Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 6 de julho de 2016.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 249422

**PORTARIA N° 558, DE 6 DE JULHO DE 2016**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 2560/2016, RESOLVE conceder em favor da Dra. ILDA REGINA REIS SANTOS, Promotora de Justiça de Messias, de 1ª entrância, portadora do CPF nº 564.379.514-00, matrícula nº 69206, 2 (duas) meias diárias, no valor unitário de R\$ 201,94 (duzentos e um reais e noventa e quatro centavos), perfazendo um total de R\$ 403,88 (quatrocentos e três reais e oitenta e oito centavos) em face do seu deslocamento à cidade de Major Izidoro, nos dias 24 e 31 de maio do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Major Izidoro, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 84, de 30 de janeiro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 559, DE 6 DE JULHO DE 2016**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 2589/2016, RESOLVE conceder em favor do Dr. CLÁUDIO PEREIRA PINHEIRO, 65º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 058.627.955-53, matrícula nº 27649, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.246,55 (mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de São Sebastião, nos dias 2, 9, 15, 16 e 20 de junho do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de São Sebastião, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 311, de 9 de abril de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 560, DE 6 DE JULHO DE 2016**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 2626/2016, RESOLVE conceder em favor da Dra. ADRIANA ACCIOLY DE LIMA VILELA, 31ª Promotora de Justiça da Capital, portadora do CPF nº 956.640.334-87, matrícula nº 69086, 3 (três) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 747,93 (setecentos e quarenta e sete reais e noventa e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Piranhas, nos dias 5, 12 e 19 de maio do corrente ano, para desempenhar

suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Piranhas, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 887, de 1º de agosto de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 561, DE 6 DE JULHO DE 2016**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. SÍLVIO AZEVEDO SAMPAIO, 2º Promotor de Justiça de Marechal Deodoro, de 2ª entrância, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 1ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos, de igual entrância, durante as férias da Promotora de Justiça titular, referentes ao mês de julho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 562, DE 6 DE JULHO DE 2016**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. ELOÁ DE CARVALHO MELO, Promotora de Justiça de Junqueiro, de 1ª entrância, para responder, cumulativamente, sem prejuízo de suas funções, pela 38ª Promotoria de Justiça da Capital, durante o mês de julho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 563, DE 6 DE JULHO DE 2016**

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. 96.161, do Sistema de Gerenciamento de Processos - GEPROC, RESOLVE conceder em favor do Dr. SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ, Procurador-Geral de Justiça, portador do CPF nº 140.384.554-91, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 761,78 (setecentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.523,56 (mil quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Natal - RN, no período de 6 a 8 de julho do corrente ano, para participar da Reunião Ordinária do CNPG e solenidade de posse do Presidente do CNPG e demais integrantes da Diretoria, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA  
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

Protocolo 249404

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**AVISO DE COTAÇÃO**

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Compras, avisa às empresas interessadas, que a partir da publicação deste Aviso, serão contados 10 dias para a apresentação de propostas.

**OBJETO: EXTENSÃO / PRORROGAÇÃO DE GARANTIA DE SERVIDORES DELL RACK POWEREDGE R710.**

Maiores informações sobre a cotação e todas as especificações encontram-se a disposição na Procuradoria-Geral de Justiça, no Setor de Compras, 2º andar da Sede do Ministério Público Estadual situada à Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço - Maceió - Alagoas, CEP 57.025-400, das 07h30min às 13h00min, devendo os interessados entrar em contato pelo e-mail: [compras@mpal.mp.br](mailto:compras@mpal.mp.br) ou [carla.araujo@mpal.mp.br](mailto:carla.araujo@mpal.mp.br), ou por telefone pelo número (82) 2122-3541.

Maceió, 06 de julho de 2016

Carla Fernanda Rocha de Araújo  
Setor de Compras

Protocolo 249318

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## AVISO DE COTAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Compras, avisa às empresas interessadas, que a partir da publicação deste Aviso, serão contados 05 dias para a apresentação de propostas.

OBJETO: EXTENSÃO / PRORROGAÇÃO DE GARANTIA DE SERVIDORES DELL TORRE POWEREDGE T410.

Maiores informações sobre a cotação e todas as especificações encontram-se a disposição na Procuradoria-Geral de Justiça, no Setor de Compras, 2º andar da Sede do Ministério Público Estadual situada à Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço - Maceió - Alagoas, CEP 57.025-400, das 07h30min às 13h00min, devendo os interessados entrar em contato pelo e-mail: [compras@mpal.mp.br](mailto:compras@mpal.mp.br) ou [carla.araujo@mpal.mp.br](mailto:carla.araujo@mpal.mp.br), ou por telefone pelo número (82) 2122-3541.

Maceió, 06 de julho de 2016

Carla Fernanda Rocha de Araújo  
Setor de Compras

Protocolo 249319

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## AVISO DE COTAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Compras, avisa às EMPRESAS ESPECIALIZADAS, que a partir da publicação deste Aviso, serão contados 10 dias para a apresentação de propostas.

OBJETO: SUPORTE TÉCNICO PARA MANUTENÇÃO EVOLUTIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA DE SOLUÇÕES DE REDE JUNIPER NETWORKS.

Maiores informações sobre a cotação e todas as especificações encontram-se a disposição na Procuradoria-Geral de Justiça, no Setor de Compras, 2º andar da Sede do Ministério Público Estadual situada à Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço - Maceió - Alagoas, CEP 57.025-400, das 07h30min às 13h00min, devendo os interessados entrar em contato pelo e-mail: [compras@mpal.mp.br](mailto:compras@mpal.mp.br) ou [carla.araujo@mpal.mp.br](mailto:carla.araujo@mpal.mp.br), ou por telefone pelo número (82) 2122-3541.

Maceió, 06 de julho de 2016

Carla Fernanda Rocha de Araújo  
Setor de Compras

Protocolo 249320

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## HOMOLOGAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o despacho de encaminhamento da Seção de Licitações e o parecer da Consultoria Jurídica desta Procuradoria Geral de Justiça no PROCESSO PGJ Nº 4475/2015, resolve HOMOLOGAR o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 6/2016, que tem por objeto o registro de preços para a contratação do serviço de confecção de material gráfico, destinado a atender as demandas das Diretoria de Comunicação Social, Diretoria de Apoio Administrativo e Escola Superior do Ministério Público, em favor das licitantes vencedoras PADRÃO GRÁFICA EDITORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.496.690/0001-84, estabelecida na Rua Clarice Lispector, 95, Torrões, Recife/PE, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para os itens 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 13, 14, 31, 38, 39, 44, 46, 47, 54, 55, 57, 58, 59 e 61, totalizando o valor de R\$ 70.690,00 (setenta mil, seiscentos e noventa reais), A. L. F. S. MONTEIRO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.184.290/0001-97, estabelecida na Rua José de Alencar, 623, Vila Xavier, Assis/SP, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para os itens 3, 48, 49 e 51, totalizando o valor de R\$ 26.700,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), INFINITY EDITORA E SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.532.557/0001-24, estabelecida na Rua Marquez de Tamandaré, 34, Poço, Maceió/AL, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para os itens 7, 12, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 40, 41, 43, 50 e 60, totalizando o valor de R\$ 130.389,50 (cento e trinta mil, trezentos

e oitenta e nove reais e cinquenta centavos) e TEXGRAF EDITORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.898.993/0001-02, estabelecida na Avenida Lourival Melo Mota, s/n, Cidade Universitária, Maceió/AL, por ter ofertado os valores finais conforme a tabela em anexo, para os itens 10, 11, 19, 34, 36, 37, 42, 45, 52, 53 e 56, totalizando o valor de R\$ 89.487,50 (oitenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), tudo de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, o Ato Normativo nº 06, de 29 de agosto de 2005, o Ato Normativo nº 11, de 07 de dezembro de 2005, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Maceió, 22 de junho de 2016

SÉRGIO JUCÁ  
Procurador-Geral de Justiça

\* Republicado

Protocolo 249423

## Promotorias de Justiça

Processo SAJ-MP nº: 06.2016.00000186-1

RECURSOS HÍDRICOS - INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE IRRIGAÇÃO -

OUTORGA - LICENÇA AMBIENTAL

PORTARIA Nº 0004/2016

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 5ª Promotoria de Justiça da Capital, com o apoio operacional do Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Alagoas, em face de denúncia oriunda do Sr. Edcarlos C. de Farias, especialista em biodiversidade e sustentabilidade, informando implantação de sistema de irrigação, sem licença ambiental e captação de água de corpo hídrico, com a utilização de uma bomba móvel, conforme fotos anexadas aos autos, por parte do Grupo Carlos Lyra, unidade USINA CAETÉ, zona rural do município de São Miguel dos Campos/AL.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO a exigência legal de licenciamento ambiental às atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente.

CONSIDERANDO a previsão legal de apresentação de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, a ser concedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH/AL.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios).

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, como objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, art. 14, § 1.º) prevê a imposição, a todo e qualquer degradador do meio ambiente, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, independentemente de existência de culpa.

RESOLVE:

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

Promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

- 1 - Autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente.
- 2 - Comunicação da instauração do presente Inquérito Civil, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96 da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público.
- 3 - Juntada aos autos do inteiro teor da Notícia de Fato encaminhada ao Ministério Público por via digital, bem como das fotos que acompanham.
- 4 - Designo o Estagiário Vinícius de Almeida, para secretariar os trabalhos do presente inquérito civil.
- 5 - Requisição ao Instituto do Meio Ambiente - IMA de cópia do inteiro teor do inteiro teor, se houver, do processo de licenciamento ambiental do sistema de irrigação implantado na Usina Caeté, se possível, em meio digital;
- 6 - Designo o dia 04 de agosto de 2016, às 09:00 horas, para realização de audiência, notificando-se o investigado, o interessado, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e o Instituto do Meio Ambiente - IMA.
- 7 - Requisição à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH de cópia da outorga concedida, se houver.
- 8 - Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 15 de junho de 2016

LAVÍNIA SILVEIRA DE M. FRAGOSO  
Promotora de Justiça

ALBERTO FONSECA  
Promotor de Justiça

Protocolo 249408

Processo SAJ/MP nº 06.2016.00000181-7.

POLUIÇÃO SONORA - FUNCIONAMENTO IRREGULAR DE EMPREENDIMENTO POTENCIALMENTE POLUIDOR - DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS SÓLIDOS - RISCO À SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

Portaria Nº 0016/2016/04PJ-Capit

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, em face de representação formulada por José Carlos Acioli da Rocha e outros, protocolada neste Ministério Público, na qual informa o funcionamento irregular de empreendimento potencialmente poluidor, com emissões de ruídos acima dos limites estabelecidos na legislação de regência, em face do empresa ÁGUA VIVA EPP, localizada no loteamento Casca Dura, Cidade Universitário (atrás da residência do reclamante José Carlos Acioli), nesta capital, o que pode atrair vetores, possibilitando risco à saúde e segurança ambiental da população, entre outros problemas relacionados com a qualidade de vida dos municípios.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos (CF, art. 196);

CONSIDERANDO que a municipalidade, dentre outras tarefas, tem o dever de proteger a saúde e o meio ambiente;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios).

CONSIDERANDO a exigência legal de Licenciamento Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

RESOLVE

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

INQUÉRITO CIVIL,

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

- 1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;
- 2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;
- 3 - juntada aos autos dos documentos encaminhados pelos reclamantes;
- 4 - requisição de fiscalização de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados, bem como de informações acerca da adequação do local com as normas urbanísticas ao Superintendente Municipal de Controle e Convívio Urbano;
- 5 - requisição ao Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, para que remeta cópia, por todo o teor, dos Processos SEMPMA 1600.124643/2013 e 1600.47350/2015;
- 6 - designo audiência para o dia 8 de agosto de 2016, às 11:00 horas, notificando-se a SEMPMA, SMCCU, reclamantes e investigada.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CPJMPAL nº 01, de 14 de julho de 2010.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 01 de junho de 2016.

Alberto Fonseca  
Promotor de Justiça

Protocolo 249409

Processo SAJ/MP nº 06.2016.00000171-7.

MEIO AMBIENTE - FLORA - DESMATAMENTO - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - BIOMA MATA ATLÂNTICA.

Portaria Nº 0017/2016/04PJ-Capit

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, em face de peças de informação onde consta desmatamento de área destinada à preservação ambiental inserida no Bioma Mata Atlântica, a priori, sem ou autorização da autoridade ambiental competente, levado a efeito pelo Sr. JOSÉ ARNALDO MONTEIRO, tendo ele criado uma intercomunicação entre o lote comercial nº 6 e o lote residencial nº 13, ambos do Loteamento Monte Verde, bairro Antares, nesta capital.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

CONSIDERANDO que a vegetação afetada é objeto de especial preservação, por estar inserida no domínio da Mata Atlântica, patrimônio nacional, possuindo uma biota rica e diversificada, bem como a preocupação da sociedade civil organizada com o estado de degradação em que se encontra o Bioma Mata Atlântica no Estado de Alagoas.

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público tomar todas as medidas necessárias para a implementação do equilíbrio ambiental, sejam elas positivas (provocando o Poder Público para a elaboração de planos, controlando a omissão pública e privada), sejam elas negativas (coibindo condutas dos diversos agentes envolvidos que de alguma forma intentem contra seus princípios).

CONSIDERANDO que a proteção e a utilização do Bioma Mata Atlântica têm por objetivo geral o desenvolvimento sustentável e, por objetivos específicos, a salvaguarda da biodiversidade, da saúde humana, dos valores paisagísticos, estéticos e turísticos, do regime hídrico e da estabilidade social.

CONSIDERANDO que na proteção e na utilização do Bioma Mata Atlântica, serão observados os princípios da função socioambiental da propriedade, da equidade intergeracional, da prevenção, da precaução, do usuário-pagador, da transparência da informações e dos atos, da gestão democrática, da celeridade procedimental, da gratuidade dos serviços administrativos prestados ao pequeno produtor rural e às populações tradicionais e do respeito ao direito da propriedade.

CONSIDERANDO a exigência legal de Licenciamento Ambiental Municipal para as atividades ou empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou degradantes do meio ambiente (art. 34 da Lei Municipal nº 4.548, de 21 de novembro de 1996 - Código Municipal de Meio Ambiente de Maceió);

CONSIDERANDO a existência de interesse do Ministério Público na apuração dos fatos, com o objetivo de implementação das medidas de âmbito civil preconizadas pelo art. 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê a sujeição dos degradadores do meio ambiente a imposição de sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar os danos causados (CF art. 225, § 3.º).

**RESOLVE**

com espeque no art. 2º, II da Resolução nº 01, de 14 de julho de 2010, do COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, instaurar o presente

**INQUÉRITO CIVIL,**

promovendo as diligências necessárias e passando a adotar as seguintes providências:

- 1 - autuação e registro da presente Portaria no Livro de Registro competente;
- 2 - comunicação da instauração do presente procedimento preparatório, através de ofício, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96, da PGJ, bem assim ao Exmo. Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional do Ministério Público;
- 3 - juntada aos autos dos documentos encaminhados pelo Ministério Público Federal;
- 4 - designo o servidor Márcio Antônio Gomes Reis Júnior, Analista Jurídico deste Ministério Público para secretariar os trabalhos do presente Inquérito Civil;
- 5 - requisição de fiscalização de constatação de dano ambiental ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Proteção ao Meio Ambiente, com respostas aos quesitos a serem formulados, bem como de informações acerca da adequação do local com as normas urbanísticas ao Superintendente Municipal de Controle e Convívio Urbano;
- 6 - designo audiência para o dia 12 de agosto de 2016, às 11:00 horas, notificando-se a SEMPMA, SMCCU e investigado.

Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CPJMPAL nº 01, de 14 de julho de 2010.

Registre-se em livro próprio e cumpra-se.

Maceió, 08 de junho de 2016.

Alberto Fonseca  
Promotor de Justiça

Protocolo 249410

**CORREGEDORIA-GERAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 10.2016.00000022-8  
Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas.  
Natureza: Pedido de Informação.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Doutra Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, o qual passa a integrar a presente Decisão, determinando o arquivamento do feito, fulcrado no estabelecido no artigo 3º, inciso IX, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas. Intimem-se os Interessados. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 21 de junho de 2016.

Vicente Felix Correia  
Corregedor-Geral

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS**

Processo SAJ/MP/Corregedoria nº 10.2016.00000025-0.  
Interessado: Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas.  
Natureza: Pedido de Informação.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Doutra Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, o qual passa a integrar a presente Decisão, determinando o arquivamento do feito, fulcrado no estabelecido no artigo 3º, inciso IX, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Alagoas. Intimem-se os Interessados. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 22 de junho de 2016.

Vicente Felix Correia  
Corregedor-Geral

===== > > > > > > > PROTOCOLO GERAL < < < < < < < < =====

AO(S) '06' DIA(S) DO MÊS DE JULHO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

#####

Proc. 2750/2016

Interessado:

JAMMES STENIO SOBREIRA

Natureza:

SOLICITACAO DE INFORMACOES

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 2749/2016

Interessado:

JAMMES STENIO SOBREIRA

Natureza:

SOLICITACAO DE INFORMACOES

Assunto:

SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 2748/2016  
Interessado:  
JAMMES STENIO SOBREIRA  
Natureza:  
SOLICITACAO DE INFORMACOES  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2747/2016  
Interessado:  
JAMMES STENIO SOBREIRA  
Natureza:  
SOLICITACAO DE INFORMACOES  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2745/2016  
Interessado:  
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
COMUNICA INSTAURAÇÃO DE INQUERITO CIVIL  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 2744/2016  
Interessado:  
5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Natureza:  
REQ. PUBLICACAO NO D. O. E.  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2728/2016  
Interessado:  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPI-  
TAL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CONVERSAO EM ICP  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 2729/2016  
Interessado:  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPI-  
TAL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CONVERSAO EM ICP  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 2762/2016  
Interessado:  
19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
Natureza:  
TERMO DE DECLARACOES  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
19A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL  
#####

Proc. 2730/2016  
Interessado:  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPI-  
TAL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CONVERSAO EM ICP  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 2731/2016  
Interessado:  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPI-  
TAL  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CONVERSAO DE NOTICIA DE FATO EM PP  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 2734/2016  
Interessado:  
CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
OFICIO-CIRCULAR N° 17/2016/CDDF-CNMP  
Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####  
Proc. 2735/2016  
Interessado:  
AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUS-  
TÍVEIS-ANP  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
PROCESSO N° 48610.006080/2016-21  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2736/2016  
Interessado:  
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTERIO PUBLICO DE ALAGOAS  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
COPIA DO RELATORIO DE INSPEÇÃO ORDINARIA NO 2º CARGO DA  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2737/2016  
Interessado:  
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTERIO PUBLICO DE ALAGOAS  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
COPIA DO RELATORIO DE INSPEÇÃO ORDINARIA NO 3º CARGO DA  
PROCURADORIA  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2738/2016  
Interessado:  
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTERIO PUBLICO DE ALAGOAS  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
COPIA DO RELATORIO DE INSPEÇÃO ORDINARIA NO 4º CARGO DA  
PROCURADORIA  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####



Proc. 2739/2016  
Interessado:  
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTERIO PUBLICO DE ALA-  
GOAS

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
COPIA DO RELATORIO DE INSPECAO ORDINARIA NO 5°  
CARGO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA

Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 2773/2016  
Interessado:  
JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
DESPACHO 0703396-51.2016.8.02.0001

Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####

Proc. 2774/2016  
Interessado:  
CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
PROCESSO CNMP N° 0.00.002.001016/2016-95

Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####

Proc. 2775/2016  
Interessado:  
CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####

Proc. 2776/2016  
Interessado:  
CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
ELO

Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####

Proc. 2759/2016  
Interessado:  
ESMP - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO DE

ALAGOAS  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
AGENDAMENTO DE FERIAS

Remetido para:  
DIRETORIA DE PESSOAL  
#####

Proc. 2752/2016  
Interessado:  
DR. MAURICIO AMARAL WANDERLEY, PROMOTOR DE JUS-  
TIÇA

Natureza:  
REQUERENDO DIARIA(S)  
Assunto:  
DIARIAS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 2755/2016  
Interessado:  
FELLIPE TAVARES DE CARVALHO BARROS, ANALISTA DO  
MINISTERIO PUBLICO - AREA DE GESTAO PUBLICA

Natureza:  
REQUERENDO FERIAS  
Assunto:  
FERIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA DE PESSOAL  
#####

Proc. 2779/2016  
Interessado:  
JULIANA KUMMER FREITAS DOS SANTOS

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
REF. REMOÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA

Remetido para:  
CORREGEDORIA GERAL  
#####

Proc. 2756/2016  
Interessado:  
DR. CLAUDIO JOSE MOREIRA TELES, PROMOTOR DE JUSTI-  
ÇA

Natureza:  
REQUERENDO DIARIA(S)  
Assunto:  
DIARIAS

Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 2757/2016  
Interessado:  
66ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
REF PROCESSO PGJ N° 1805/2015

Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 2758/2016  
Interessado:  
66ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
PROCESSO PGJ/AL N° 1805/2015

Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####

Proc. 2761/2016  
Interessado:  
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL, DIRETORIA DE RECURSOS ESPECIAIS, DEIC  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
REITERAÇÃO DE OFICIO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2733/2016  
Interessado:  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
CONVERSAO EM PP  
Remetido para:  
CONSELHO SUPERIOR  
#####  
Proc. 2740/2016  
Interessado:  
DRA. ADRIANA GOMES MOREIRA DOS SANTOS, PROMOTORA DE JUSTIÇA  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
COMUNICANDO FERIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA DE PESSOAL  
#####  
Proc. 2741/2016  
Interessado:  
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTERIO PUBLICO DE ALAGOAS  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
COPIA DO RELATORIO DE INSPECAO ORDINARIA NO 6] CARGO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CIVEL  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2742/2016  
Interessado:  
DRA. ADRIANA MARIA DE VASCONCELOS FEIJÓ, PROMOTORA DE JUSTIÇA  
Natureza:  
REQUERENDO LICENCA  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
DIRETORIA DE PESSOAL  
#####  
Proc. 2743/2016  
Interessado:  
NATASHA ALVES DE GUSMAO, ANALISTA DO MINISTERIO PUBLICO-AREA JURIDICA  
Natureza:  
REQUERENDO PROGRESSAO FUNCIONAL  
Assunto:  
SOLICITANDO PROVIDENCIAS  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####

Proc. 2782/2016  
Interessado:  
SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
SOLICITANDO DISPONIBILIZAÇÃO DO AUDITORIO  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 3188/2015  
Interessado:  
TCAL - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS  
Natureza:  
REMETENDO INFORMACOES  
Assunto:  
ACORDÃO Nº 163/2015  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 4371/2013  
Interessado:  
JUÍZO DE DIREITO - VARA DO ÚNICO OFÍCIO DE PIAÇABUÇU  
Natureza:  
PEDIDO DE PROVIDENCIAS  
Assunto:  
AUTOS Nº 0500264-70.2008.8.02.0026  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 1849/2016  
Interessado:  
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL/PROCURADORIA DA REPUBLICA EM ALAGOAS  
Natureza:  
REQ. PROVIDENCIAS  
Assunto:  
N.F. 1.11.000.000095/2016-06  
Remetido para:  
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA  
#####  
Proc. 2760/2016  
Interessado:  
ESMP - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO DE ALAGOAS  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
CONTRATAÇÃO DE SEGURO DE ESTAGIARIOS  
Remetido para:  
DIRETORIA GERAL  
#####  
Proc. 2789/2016  
Interessado:  
CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Natureza:  
REQUERENDO PROVIDENCIAS  
Assunto:  
REPRESENTAÇÃO NOS COMITES DO FORUM NACIONAL DE GESTAO DO MP  
Remetido para:  
SECRETARIA GAB. PGJ  
#####  
RANULFO PAES ARAUJO  
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA